

CAPÍTULO I – DO FUNDO

Artigo 1º – O BAHIA AM SMID CAPS VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, doravante denominado (FUNDO), constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento, pela Instrução CVM nº 555, de 17.12.2014 (ICVM 555/14), suas posteriores alterações e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661/2018 e alterações posteriores (Resolução 4.661/2018) e a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.922/2010 e alterações posteriores (Resolução 3.922/2010).

CAPÍTULO II – DO PÚBLICO ALVO

Artigo 2º – O FUNDO é destinado a receber aplicações de investidores qualificados ou não qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, doravante denominados (COTISTAS).

CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE RISCO

Artigo 3º – O FUNDO tem por objetivo buscar retorno aos seus COTISTAS através de investimentos em cotas do BAHIA AM SMID CAPS VALOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 12.823.607/0001-50 (FUNDO INVESTIDO), gerido pela GESTORA e administrado pela ADMINISTRADORA.

Parágrafo Primeiro – O FUNDO INVESTIDO tem por objetivo proporcionar aos seus COTISTAS rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas preponderantemente pelo mercado de renda variável, não obstante, o FUNDO INVESTIDO poderá aproveitar oportunidades através de investimentos em outras classes de ativos financeiros disponíveis nos mercados de renda fixa, cambial, derivativos e cotas de Fundos de Investimento, negociados no mercado interno, consistindo na alocação dos seus recursos em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou balcão organizado, podendo concentrar, mas não se limitando, em empresas de pequena e média capitalização de mercado, mas com grande potencial de valorização. O FUNDO INVESTIDO pode investir, ainda, em títulos públicos e operações nos mercados de derivativos, observadas as limitações previstas em seu Regulamento e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Segundo – Os COTISTAS do FUNDO serão tributados pelo imposto de renda na fonte, quando do resgate das cotas, à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o rendimento auferido. Tal apuração será realizada conforme metodologia de cálculo do prazo médio regulamentada pela Secretaria da Receita Federal. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos COTISTAS.

Parágrafo Terceiro – O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos COTISTAS sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

Artigo 4º – Os investimentos do FUNDO deverão ser representados, isolado ou cumulativamente, pelos seguintes ativos financeiros:

LIMITES POR ATIVOS FINANCEIROS	(% DO PATRIMÔNIO DO FUNDO)				
	MÍN.	MÁX.	LIMITES DA CLASSE		
			MAX.	MIN.	MAX.
			NÍVEL 1	NÍVEL 2	
1) Cotas do FUNDO INVESTIDO.	90%	100%	100%	95%	100%
2) Cotas de Fundos de Investimento em ações e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento em ações registrados com base na Instrução CVM nº 555/14, não as relacionadas no item (1) acima e nos itens (6) e (7) abaixo, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cuja Política de Investimento observe as vedações e restrições da Resolução 4.661/2018 e Resolução 3.922/2010.	0%	10%			
3) Cotas de Fundos de índice de Ações (ETF's) admitidos à negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado.	VEDADO				
4) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII.	VEDADO				
5) Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIC-FIDC.	VEDADO				
6) Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIDC-NP e cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIC-FIDC-NP.	VEDADO				
7) Cotas de Fundos de Investimento em ações e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento em ações registrados com base na Instrução CVM nº 555/14 destinados exclusivamente a Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 539/13 e posteriores alterações, não as relacionadas nos itens (1) e (2)	VEDADO				

acima.						
8) Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento registrados com base na Instrução CVM nº 555/14 destinados exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos da Instrução CVM nº 539/13 e posteriores alterações, não as relacionadas nos itens (1) e (2) acima.	VEDADO					
9) Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP, Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações – FIC FIP.	VEDADO					
10) Cotas de Fundos de Investimento ou veículos de investimento no exterior cuja composição da carteira obedeça as regras de classificação de um FIA .	VEDADO					
11) Ativos financeiros emitidos pelo Tesouro Nacional.	0%	5%	5%	0%		
12) Ativos financeiros de renda fixa emitidos por instituições financeiras.	0%	5%				
13) Operações compromissadas lastreadas nos ativos financeiros relacionadas no item (11) acima.	0%	5%				
14) Cotas de Fundos de índice de Renda Fixa (ETF's) admitidos à negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado.	VEDADO				5%	0%
15) Cotas de Fundos de Renda Fixa Simples, Curto Prazo e Referenciado DI registrados com base na Instrução CVM nº 555/14, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cuja Política de Investimento observe as vedações e restrições da Resolução 4.661/2018 e Resolução 3.922/2010.	0%	5%				5%
POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS			(% DO PATRIMÔNIO DO FUNDO)			
			MÍN.	MÁX.		
1) Os Fundos investidos podem adotar estratégias com instrumentos derivativos, vedada a alavancagem, desta forma, o			0%	100%		

FUNDO, indiretamente, está exposto aos riscos inerentes a tais estratégias quando adotadas pelos FUNDOS INVESTIDOS.			
LIMITES POR EMISSOR	MÍN.	MÁX.	
1) Cotas de Fundos de Investimento em ações, exceto as cotas dos Fundos de Investimento descritas no item (2) e (3) abaixo.	0%	10%	
2) Cotas de Fundos de Investimento ou veículos de investimento no exterior.	VEDADO		
3) Cotas do FUNDO INVESTIDO.	90%	100%	
4) Cotas dos Fundos de Investimento descritas no item (14) acima.	0%	5%	
OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA, GESTORA E LIGADAS	MÍN.	MÁX.	TOTAL
1) Ativos Financeiros de emissão da ADMINISTRADORA e/ou de empresas ligadas.	0%	5%	5%
2) Ativos Financeiros de emissão da GESTORA e/ou de empresas ligadas.	0%	5%	
3) Cotas de Fundos de Investimento administrados e/ou geridos pela ADMINISTRADORA e empresas ligadas.	0%	100%	100%
4) Cotas de Fundos de Investimento administrados e/ou geridos pela GESTORA e empresas ligadas.	0%	100%	
5) Contraparte com ADMINISTRADORA e/ou empresas ligadas.	PERMITE		
6) Contraparte com a GESTORA e/ou empresas ligadas.	PERMITE		
LIMITES DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			
Desde que possam ser consideradas dentro do fator de risco de renda variável, Cotas de Fundos de Investimento negociados no exterior ou veículos de investimento no exterior registrados em sistema de registro, custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida ou ter sua existência diligentemente verificada pela ADMINISTRADORA ou pelo CUSTODIANTE do FUNDO, conforme definido na regulamentação em vigor.	VEDADO		
CRÉDITO PRIVADO	MÍN.		MÁX.
Total de aplicações em ativos ou modalidades operacionais de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado, exceto ações, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, cotas de Fundos de índice, Brazilian Depositary Receipts classificados como nível II e III ou emissores públicos outros que não a União Federal detidos indiretamente pelos FUNDOS INVESTIDOS.	0%		33%

OUTRAS ESTRATÉGIAS	
1) Day trade.	VEDADO
2) Operações a descoberto.	VEDADO
3) Operações diretas no Mercado de derivativos.	VEDADO
4) Qualquer ativo financeiro ou modalidade operacional não mencionada.	VEDADO
5) Aplicações em cotas de Fundos de Investimento que invistam no FUNDO.	VEDADO
6) Aplicações em cotas de Fundos de Investimento que autorizem Empréstimo tomador.	VEDADO
7) Aplicações em cotas de Fundos de Investimento que autorizem investimentos em companhias que não estejam admitidas à negociação nos segmentos Novo Mercado, Nível 2 ou Bovespa Mais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29.05.2001.	VEDADO
8) Aplicar em ativos financeiros emitidos por Estados e Municípios.	VEDADO
9) Aplicar recursos em ativos financeiros de companhias sem registro na CVM.	VEDADO
10) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos financeiros que não os previstos neste Regulamento e na regulamentação aplicável.	VEDADO
11) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma.	VEDADO
12) Negociar cotas de Fundos de índice em mercado de balcão.	VEDADO
13) Realizar operações compromissadas lastreadas em títulos privados.	VEDADO
14) Realizar operações compromissadas reversas.	VEDADO
15) Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, exceto nas hipóteses permitidas pela regulamentação em vigor.	VEDADO
16) Aplicar em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo (estados, distrito federal e municípios) figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer forma.	VEDADO
17) Aplicar em títulos ou ativos de renda fixa emitidos por instituições financeiras controladas por estados ou Distrito Federal.	VEDADO

18) Aplicar em direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores que não sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.	VEDADO
19) Aplicar em títulos e valores mobiliários não registrados: no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou mantidos em conta de depósito individualizada em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários.	VEDADO
20) Aplicar em ativos financeiros emitidos por companhias securitizadoras.	VEDADO

Artigo 5º – A carteira do FUNDO INVESTIDO deverá ser composta conforme a seguir:

LIMITES POR ATIVOS FINANCEIROS	(% DO PATRIMÔNIO DO FUNDO)			
	MÍN.	MÁX.	LIMITES DA CLASSE	
			MÍN.	MÁX.
1) Ações, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	100%	67%	100%
2) Cotas de Fundos de ações autorizados pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cuja Política de Investimento observe as vedações e restrições da Resolução 4.661/2018 e Resolução 3.922/2010.	0%	100%		
3) Cotas de Fundos de Investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados por bolsa de valores no Brasil.	0%	100%		
4) Brazilian Depositary Receipts classificados como nível II e III, desde que	0%	0%		

a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.				
5) Brazilian Depositary Receipts classificados como nível I, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	0%		
6) Cotas de Fundos de ações BDR Nível 1.	0%	0%		
7) Ativos financeiros emitidos pelo Tesouro Nacional.	0%	33%		
8) Operações compromissadas lastreadas nos ativos relacionadas no item (7) acima.	0%	33%		
9) Ouro, desde que adquirido ou alienado em padrão internacionalmente aceito.	0%	0%		
10) Ativos financeiros emitidos por instituições financeiras, bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto os ativos financeiros descritos nos itens (1) a (3) acima.	0%	33%		
11) Ativos financeiros emitidos por Companhias Abertas, exceto os ativos financeiros descritos nos itens (1) a (3) acima.	0%	33%	0%	33%
12) Ativos financeiros emitidos por pessoa jurídica de direito privado que não as relacionadas nos itens (1), (10) e (11) acima.	VEDADO			
13) Operações compromissadas lastreadas nos ativos relacionadas nos itens (10), (11) e (12) acima.	VEDADO			
14) Ativos financeiros de responsabilidade de pessoas naturais.	VEDADO			
15) Quaisquer outros ativos financeiros que venham a ser criados cuja aquisição seja permitida pela regulamentação aplicável.	0%	33%		
16) Operações de empréstimos de ativos de renda fixa nas quais o Fundo figure como doador, conforme regulamentado pela CVM.	0%	33%		

<p>17) Operações de empréstimos de ativos de renda fixa nas quais o Fundo figure como tomador, conforme regulamentado pela CVM.</p>	VEDADO			
<p>18) Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, registrados com base na Instrução CVM nº 555/14 destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 539/13.</p>	VEDADO		MIN.	MAX.
<p>19) Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, registrados com base na Instrução CVM nº 555/14 não as relacionadas nos itens (2), (3), (18) acima e (24) abaixo, cuja Política de Investimento observe as vedações e restrições da Resolução 4.661/2018 e Resolução 3.922/2010.</p>	0%	20%		
<p>20) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII.</p>	VEDADO		0%	20%
<p>21) Cotas SENIORES de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIC-FIDC, constituído sob a forma de condomínio aberto.</p>	VEDADO			
<p>22) Cotas SENIORES de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIC-FIDC, constituído sob a forma de condomínio fechado.</p>	VEDADO			
<p>23) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI.</p>	VEDADO			

<p>24) Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, registrados com base na Instrução CVM nº 555/14 destinados exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM nº 539/13.</p>	VEDADO				
<p>25) Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIDC-NP e cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIC-FIDC-NP.</p>	VEDADO				
<p>26) Ativos objeto de oferta privada emitidos por instituições não financeiras, desde que permitidos pelo inciso V do Artigo 2º da ICVM 555/14.</p>	0%	20%			
<p>27) Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP, desde que: a) seja classificado como Entidade de Investimento; b) o Regulamento determine que o gestor do FIP, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenha, no mínimo, 3% (três por cento) do capital subscrito do FIP e c) seja vedada a inserção de cláusula no Regulamento do FIP que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza ao gestor e/ou pessoas ligadas em relação aos demais COTISTAS.</p>	VEDADO				
<p>28) Operações de empréstimos de ações, nas quais o FUNDO figure como doador, conforme regulamentado pela CVM.</p>	0%		100%		
<p>29) Operações de empréstimos de ações, nas quais o FUNDO figure como tomador, conforme regulamentado pela CVM.</p>	VEDADO				
POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS			(% DO PATRIMÔNIO DO FUNDO)		
			MÍN.	MÁX.	
<p>1) Utiliza derivativos somente para proteção?</p>			NÃO		

1.1) Posicionamento e/ou Proteção.	0%	100%
1.2) Alavancagem.	VEDADO	
2) Depósito de margem.	0%	15% ⁽¹⁾⁽³⁾
3) Valor total dos prêmios de opções pagos.	0%	5% ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
4) Os Fundos investidos podem adotar estratégias com instrumentos derivativos, desta forma, o FUNDO, indiretamente, está exposto aos riscos inerentes a tais estratégias quando adotadas pelos Fundos investidos.	0%	100% ⁽⁵⁾
<p><i>(1) em relação à somatória da posição em títulos públicos federais e ativos financeiros de emissão de instituições financeiras autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e ações aceitos pela Clearing.</i></p> <p><i>(2) em relação à somatória da posição em títulos públicos federais e ativos financeiros de emissão de instituições financeiras autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e ações pertencentes a carteira do FUNDO.</i></p> <p><i>(3) Os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas não serão considerados para a verificação deste limite.</i></p> <p><i>(4) No caso de operações estruturadas com opções que tenham a mesma quantidade, o mesmo ativo subjacente e que o prêmio represente a perda máxima da operação, deverá ser considerado o valor dos prêmios pagos e recebidos.</i></p> <p><i>(5) o limite não se aplica aos FIP, FIDC, FICFIDC, FII, FICFII e FICFIM classificados no segmento estruturado, bem como ao Fundos classificados como “ações – Mercado de Acesso” e Fundos de Investimentos constituídos no exterior, dos Fundos investidos.</i></p>		
LIMITES POR EMISSOR	MÍN.	MÁX.
1) Tesouro Nacional.	0%	33%
2) Instituição financeira, seus controladores, controlados, coligados ou submetidos a controle comum, exceto os ativos financeiros descritos nos itens (7) a (9) abaixo.	0%	20%
3) Companhia aberta, seus controladores, controlados, coligados ou submetidos a controle comum, exceto os ativos financeiros descritos nos itens (7) a (9) abaixo.	0%	10%
4) Pessoas jurídicas de direito privado não relacionadas nos itens (2) e (3) acima e (7) a (9) abaixo, desde que tenham coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	VEDADO	

5) Cotas de Fundos de Investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cuja Política de Investimento observe as vedações e restrições da Resolução nº 4.661/2018 e Resolução nº 3.922/2010, exceto as cotas descritas nos itens (8), (9) abaixo.	0%	10%	
6) Pessoa natural.	VEDADO		
7) Ações, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	100%	
8) Cotas de Fundos de ações autorizados pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cuja Política de Investimento observe as vedações e restrições da Resolução nº 4.661/2018 e Resolução nº 3.922/2010.	0%	100%	
9) Cotas de Fundos de Investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados por bolsa de valores no Brasil.	0%	100%	
10) Brazilian Depositary Receipts classificados como nível II e III, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	0%	
OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA, GESTORA E LIGADAS	MÍN.	MÁX.	TOTAL
1) Ativos Financeiros de emissão da ADMINISTRADORA e/ou de empresas ligadas, vedada ações de emissão da ADMINISTRADORA.	0%	20%	20%
2) Ativos Financeiros de emissão da GESTORA e/ou de empresas ligadas.	0%	20%	
3) Cotas de Fundos de Investimento administrados e/ou geridos pela ADMINISTRADORA e empresas ligadas.	0%	100%	100%
4) Cotas de Fundos de Investimento administrados e/ou geridos pela GESTORA e empresas ligadas.	0%	100%	
5) Contraparte com ADMINISTRADORA e/ou empresas ligadas.	PERMITE		
6) Contraparte com a GESTORA e/ou empresas ligadas.	PERMITE		

LIMITES DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	
Cotas de Fundos classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”; Cotas de Fundos de índice negociadas no exterior admitidas à negociação em bolsa de valores; Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como Nível I; Cotas de Fundos de ações BDR Nível 1; e ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos Fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, observado o disposto no Artigo 7º deste Regulamento	VEDADO
OUTRAS ESTRATÉGIAS	
1) Day trade.	VEDADO
2) Operações a descoberto.	VEDADO
3) Aplicações em cotas de Fundos de Investimento que invistam no FUNDO.	VEDADO
4) Aplicar em warrants e contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como, títulos ou certificados representativos desses contratos.	VEDADO
5) Aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de Fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.	VEDADO
6) Aplicar em títulos ou ativos de renda fixa emitidos por Instituições Financeiras controladas por estados ou Distrito Federal.	VEDADO
7) Aplicar recursos do FUNDO em ativos financeiros de companhias sem registro na CVM.	VEDADO
8) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos financeiros que não os previstos neste Regulamento e na regulamentação aplicável.	VEDADO
9) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma.	VEDADO
10) Negociar cotas de Fundos de índice em mercado de balcão.	VEDADO

<p>11) Realizar operações com ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários não admitidos à negociação por intermédio de mercado de balcão organizado ou bolsa de valores autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários, exceto nas hipóteses dispostas no Inciso VI do artigo 36 da Resolução nº 4.661/18.</p>	<p>VEDADO</p>
<p>12) Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP com sufixo “Investimento no Exterior”.</p>	<p>VEDADO</p>
<p>13) Aplicar em ativos financeiros de RENDA FIXA de emissão sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas, exceto com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p>	<p>VEDADO</p>
<p>14) Aplicar em AÇÕES de emissão de sociedades por ações de capital fechado.</p>	<p>VEDADO</p>
<p>15) Aplicar em direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores que não sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.</p>	<p>VEDADO</p>
<p>16) Aplicar em títulos e valores mobiliários não registrados: no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou mantidos em conta de depósito individualizada em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários.</p>	<p>VEDADO</p>
<p>17) Aplicar em ativos financeiros emitidos por companhias securitizadoras.</p>	<p>VEDADO</p>
<p>18) Realizar operações compromissadas reversas.</p>	<p>VEDADO</p>
<p>19) Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, exceto nas hipóteses permitidas pela regulamentação em vigor.</p>	<p>VEDADO</p>

Artigo 6º – Os percentuais referidos neste Capítulo deverão ser cumpridos pela GESTORA e observados pela ADMINISTRADORA, diariamente, com base no Patrimônio Líquido do FUNDO do dia útil imediatamente anterior.

Artigo 7º – O FUNDO incorporará todos os rendimentos, amortizações e resgates dos ativos financeiros integrantes de sua carteira ao seu Patrimônio Líquido.

Artigo 8º – Além dos fatores de risco identificados no regulamento do FUNDO INVESTIDO, o COTISTA deve estar alerta quanto aos riscos assumidos pelo FUNDO, a saber:

- a) Risco de Mercado;
- b) Risco de Liquidez;
- c) Risco de Crédito/Contraparte;
- d) Risco Proveniente do Uso de Derivativos;
- e) Risco de Concentração; e
- f) Risco Tributário.

Parágrafo Único – Os riscos e fatores de riscos citados neste Artigo estão expostos no Formulário de Informações Complementares, conforme o disposto no Artigo 22 deste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Artigo 9º – O FUNDO é administrado pela BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.066.670/0001-00, com sede social no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, credenciada como Administradora de Carteira de Valores Mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM pelo Ato Declaratório nº 3.067, de 06.09.1994, doravante denominada (ADMINISTRADORA).

Parágrafo Primeiro – A ADMINISTRADORA é instituição financeira participante aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) com Global Intermediary Identification Number (GIIN) 6L2Q5J.00000.SP.076.

Parágrafo Segundo – A gestão da carteira do FUNDO é exercida pela BAHIA AM RENDA VARIÁVEL LTDA., com sede social na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça Pio X, nº 78, 10º andar, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.143.849/0001-66, credenciada como Administradora de Carteira de Valores Mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM pelo Ato Declaratório nº 11.754, de 16.06.2011, doravante denominada (GESTORA).

Parágrafo Terceiro – A GESTORA é instituição financeira participante aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) com Global Intermediary Identification Number (“GIIN”) D29BF0.00001.ME.076.

Parágrafo Quarto – A custódia, tesouraria e controladoria dos ativos financeiros do FUNDO é realizada pelo BANCO BRADESCO S.A., com sede social no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, SP, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/0001-12, credenciado como Custodiante de Carteira de Valores Mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM pelo Ato

Declaratório nº 1.432, de 27.06.1990, doravante denominado (CUSTODIANTE).

Parágrafo Quinto – Os serviços de administração e gestão são prestados ao FUNDO em regime de melhores esforços, e como obrigação de meio, pelo que a ADMINISTRADORA e a GESTORA não garantem qualquer nível de resultado ou desempenho dos investimentos dos COTISTAS no FUNDO. Como prestadoras de serviços de administração ao FUNDO, a ADMINISTRADORA e a GESTORA não serão, sob qualquer forma, responsáveis por qualquer erro de julgamento ou por qualquer perda sofrida pelo FUNDO, com exceção das hipóteses de comprovada culpa, dolo ou má-fé da GESTORA ou da ADMINISTRADORA.

Parágrafo Sexto – A relação completa dos prestadores de serviços do FUNDO está à disposição dos COTISTAS no Formulário de Informações Complementares.

CAPÍTULO V – DA REMUNERAÇÃO E DEMAIS DESPESAS DO FUNDO

Artigo 10 – Pela prestação dos serviços de administração do FUNDO, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos ativos financeiros, a distribuição de cotas e a escrituração da emissão e resgate de cotas, o FUNDO pagará o percentual anual fixo de 1,90% (hum inteiro e noventa centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO.

Parágrafo Primeiro – Não será cobrada taxa de custódia.

Parágrafo Segundo – A taxa de administração é calculada e provisionada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) e será paga pelo FUNDO, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro – Tendo em vista que o FUNDO admite a aplicação em cotas de Fundos de Investimento fica instituída a “*taxa de administração máxima*” de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento).

Artigo 11 – O FUNDO não possui taxa de ingresso.

Artigo 12 – O FUNDO possui taxa de performance correspondente a 20% (vinte por cento) da valorização das cotas do FUNDO que exceder 100% (cem por cento) da variação diária do SMLL (Índice BM&FBOVESPA *Small Cap*), divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ao ano, apurada de acordo com o Parágrafo abaixo, já descontada todas as despesas do Fundo, inclusive a remuneração referida no Artigo 10.

Parágrafo Primeiro – A taxa de performance será provisionada diariamente, por dia útil, apurada semestralmente por períodos vencidos e calculada individualmente em relação a cada COTISTA.

Parágrafo Segundo – Não há cobrança de taxa de performance quando o valor da cota do FUNDO na data base respectiva for inferior ao valor da cota do FUNDO por ocasião da última cobrança da taxa de performance efetuada no FUNDO ou da aplicação do investidor no FUNDO se ocorrido após a data base de apuração.

Parágrafo Terceiro – As datas base para efeito de aferição de prêmio a serem efetivamente pagos corresponderão ao último dia útil de cada semestre civil.

Parágrafo Quarto – Para efeito do cálculo da taxa de performance relativa a cada aquisição de cotas, em cada data base, será considerada como início do período a data de aquisição das cotas pelo investidor ou a última data base utilizada para a aferição da taxa de performance em que houve o efetivo pagamento.

Parágrafo Quinto – No caso de aquisição de cotas posterior à última data base, o prêmio será apurado no período decorrido entre a data de aquisição das cotas e a da apuração do prêmio, sem prejuízo do prêmio normal incidente sobre as cotas existentes no início do período.

Parágrafo Sexto – No caso de resgate, a data base para aferição da taxa de performance a ser efetivamente paga com relação a cada cota corresponderá à data de resgate. Para tanto, a taxa de performance será calculada com base na quantidade de cotas a ser resgatada.

Parágrafo Sétimo – A taxa de performance será paga à GESTORA até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao término do período de apuração. Ocorrendo resgate dentro do período de apuração desta taxa, a apuração será realizada até a data da conversão das cotas do respectivo resgate, e o valor apurado será pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do pagamento do referido resgate.

Parágrafo Oitavo – Também incidirão sobre o FUNDO as taxas de performance e de qualquer outra natureza cobradas pelo FUNDO INVESTIDO. As taxas do FUNDO INVESTIDO não incidirão sobre o FUNDO e sim serão redutores do valor da cota do FUNDO INVESTIDO.

Artigo 13 – Constituem encargos do FUNDO as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

- I** – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- II** – despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição, publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação vigente;
- III** – despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos COTISTAS;
- IV** – honorários e despesas do Auditor Independente;
- V** – emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;

VI – honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;

VII – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício do direito de voto dos ativos financeiros do FUNDO;

IX – despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;

X – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;

XI – as taxas de administração e de performance;

XII – os montantes devidos a Fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração e/ou performance, observado ainda o disposto no Art. 85, § 8º da ICVM 555/14; e

XIII – honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

Parágrafo Único – Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correm por conta da ADMINISTRADORA, devendo ser por ela contratadas, inclusive, a remuneração dos membros do conselho ou comitê de investimentos do FUNDO, quando constituídos por iniciativa da ADMINISTRADORA ou GESTORA.

CAPÍTULO VI – DA EMISSÃO E DO RESGATE DE COTAS

Artigo 14 – As cotas do FUNDO correspondem a frações ideais de seu patrimônio, são escriturais e nominativas, conferem iguais direitos e obrigações a todos os COTISTAS e não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo nas seguintes hipóteses: **(i)** decisão judicial ou arbitral; **(ii)** operações de cessão fiduciária; **(iii)** execução de garantia; **(iv)** sucessão universal; **(v)** dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens; ou **(vi)** transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

Parágrafo Primeiro – A qualidade de COTISTA caracteriza-se pela adesão do investidor aos termos desse Regulamento e pela inscrição de seu nome no registro de COTISTAS do FUNDO, o qual deverá manter seus dados atualizados perante o FUNDO.

Parágrafo Segundo – O valor da cota do FUNDO será calculado e divulgado diariamente no encerramento do dia, após o fechamento dos mercados em que o FUNDO atua (Cota de Fechamento).

Artigo 15 – O ingresso inicial, as demais aplicações e os resgates de cotas do FUNDO podem ser efetuados em documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED)

ou qualquer outro instrumento de transferência no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Parágrafo Primeiro – Deverão ser observadas as seguintes regras de movimentação no FUNDO:

DESCRIÇÃO	VALOR
Valor Mínimo de Aplicação Inicial.	R\$ 50.000,00
Valor Mínimo de Aplicações Adicionais.	R\$ 10.000,00
Valor Mínimo de Resgate, observado o Saldo Mínimo de Permanência.	R\$ 10.000,00
Saldo Mínimo de Permanência.	R\$ 50.000,00

Parágrafo Segundo – Com base no disposto no Ofício-Circular/CVM/SIN/Nº 3/2008, exclusivamente para a parcela do público alvo (i) distribuídos pela modalidade de conta e ordem e/ou (ii) correspondente aos sócios e/ ou funcionários da GESTORA e das empresas de seu grupo econômico, as seguintes regras de movimentação deverão ser observadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Valor Mínimo de Aplicação Inicial.	R\$ 20.000,00
Valor Mínimo de Aplicações Adicionais.	R\$ 10.000,00
Valor Mínimo de Resgate, observado o Saldo Mínimo de Permanência.	R\$ 10.000,00
Saldo Mínimo de Permanência.	R\$ 20.000,00

Artigo 16 – As solicitações de aplicação e resgate deverão ocorrer até as 14h30, para efeito dos prazos previstos neste Capítulo.

MOVIMENTAÇÃO	DATA DA SOLICITAÇÃO	DATA DA CONVERSÃO	DATA DO PAGAMENTO
Aplicação	D	D+1	--
Resgate	D	D+60 dia(s) corrido(s)	2 dia(s) útil(eis) após a DATA DA CONVERSÃO

Parágrafo Primeiro – Alternativamente, mediante o pagamento de taxa de saída equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total resgatado, o COTISTA poderá solicitar por escrito, a conversão do valor do resgate pelo valor da cota de fechamento do 1º (primeiro) dia subsequente ao do recebimento do pedido de resgate pela ADMINISTRADORA e o pagamento será efetivado no 3º (terceiro) dia útil subsequente à data de conversão.

Parágrafo Segundo – O percentual previsto no Parágrafo acima cobrado a título de taxa de saída será descontado no dia da efetivação do resgate, sendo que o valor arrecadado com a taxa de saída será revertido em favor do FUNDO INVESTIDO.

Parágrafo Terceiro – Estarão isentos da cobrança da “taxa de saída” os resgates destinados exclusivamente à geração de caixa para o pagamento de imposto de renda incidente sobre rendimentos derivados das aplicações no FUNDO, sendo de total responsabilidade dos COTISTAS solicitantes que os resgates serão para fins de pagamento do imposto de renda. Nestes casos, a regra de conversão de cotas e pagamento dos resgates a ser aplicada será a mesma estabelecida para os casos onde há pagamento de taxa de saída.

Parágrafo Quarto – Para a fruição da isenção prevista acima, os COTISTAS deverão encaminhar à ADMINISTRADORA, carta devidamente assinada, no padrão da ADMINISTRADORA, com solicitação de resgate para fins do pagamento do imposto de renda, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data prevista na regulamentação em vigor para recolhimento do tributo em tela, sob pena de cobrança imediata da “taxa de saída” prevista acima, sendo dispensada a referida carta quando o COTISTA for Fundo de Investimento no qual a prestação de serviço de Controladoria de Passivo for exercida pelo BANCO BRADESCO S.A..

Parágrafo Quinto – Reconhecem todos os COTISTAS do FUNDO que a isenção prevista acima não configura tratamento diferenciado.

Artigo 17 – Aplicações e resgates de cotas cuja conversão coincida com sábados, domingos e feriados nacionais serão processados no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Único – O FUNDO não realizará, em feriados estaduais e municipais que impliquem em fechamento da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (B3), aplicações ou resgates cuja conversão coincida com tais datas, sendo a mesma transferida para o dia útil subsequente. Além disso, este dia não será considerado como um dia útil para o pagamento do resgate, dado que a B3 também não considera como útil.

Artigo 18 – O FUNDO não possui prazo de carência para fins de resgate de cotas, podendo o mesmo ser solicitado a qualquer tempo.

CAPÍTULO VII – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 19 – Compete privativamente à Assembleia Geral de COTISTAS deliberar sobre:

- I** - as Demonstrações Contábeis do FUNDO, até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social, apresentadas pela ADMINISTRADORA, sendo certo que serão consideradas aprovadas as Demonstrações Contábeis que não contiverem ressalvas e não seja instalada a respectiva Assembleia Geral em virtude do não comparecimento de quaisquer COTISTAS;
- II** - a substituição da ADMINISTRADORA, da GESTORA ou do CUSTODIANTE do FUNDO;
- III** - a fusão, a incorporação, a cisão ou a transformação do FUNDO;
- IV** - a instituição ou o aumento da taxa de administração, da taxa de performance ou das taxas máximas de custódia;

V - a alteração da Política de Investimento do FUNDO;

VI - a amortização de cotas e o resgate compulsório de cotas, se for o caso;

VII - a alteração deste Regulamento; e

VIII - autorizar a GESTORA, em nome do FUNDO, prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma relativamente a operações direta ou indiretamente relacionadas a carteira do FUNDO, sendo necessário a concordância de COTISTAS representando, no mínimo, 2/3 das cotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo Primeiro – A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de sua realização.

Parágrafo Segundo – A presença da totalidade dos COTISTAS supre a falta de convocação.

Parágrafo Terceiro – A Assembleia Geral se instalará com a presença de qualquer número de COTISTAS, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota um voto.

Parágrafo Quarto – Somente podem votar na Assembleia Geral os COTISTAS do FUNDO inscritos no registro de COTISTAS na data da convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Quinto – Os COTISTAS também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes do início da Assembleia.

Parágrafo Sexto – O resumo das decisões das Assembleias Gerais deverá ser enviado a cada COTISTA no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de realização da Assembleia.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 20 – O exercício social do FUNDO terá duração de 12 meses, tendo seu encerramento no último dia útil do mês de **DEZEMBRO** de cada ano.

Artigo 21 – Para efeito do disposto neste Regulamento, as comunicações entre a ADMINISTRADORA e os COTISTAS do FUNDO, serão realizadas por meio físico.

Artigo 22 – As informações adicionais relativas ao FUNDO estão descritas no Formulário de Informações Complementares disponível no site da ADMINISTRADORA www.bradescobemdtvm.com.br, informações aos COTISTAS.

Artigo 23 – Fica eleito o foro da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.